

- Cada um dos itens da prova objetiva P_2 está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva P_2 .
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P_2 -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Em relação às contas contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 1 Contas patrimoniais devedoras expressam, em essência, a origem de um recurso aplicado.
- 2 A segregação das contas contábeis em diferenciais e integrais é uma das características da teoria personalista.
- 3 Conta é um instrumento de registro em que se reúnem fatos contábeis de mesma natureza.
- 4 É finalidade da conta contábil reunir os valores de fatos contábeis de mesma natureza ocorridos no passado ou ainda a ocorrer.

No que concerne às demonstrações contábeis e aos relatórios contábeis-financeiros, julgue os próximos itens, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 5 Obrigações presentes da entidade que, resultantes de eventos passados, impliquem sacrifício futuro de recursos econômicos devem ser evidenciadas no grupo patrimonial passivo do balanço patrimonial.
- 6 Em alguns casos, avaliado o *trade-off* entre relevância e fidedignidade das informações, é possível que uma informação relevante relativa a determinado fenômeno econômico seja divulgada de forma não totalmente fidedigna.
- 7 Em uma demonstração do resultado do exercício, são encontrados valores que expressam receitas, despesas e custos de produtos ou mercadorias.

Julgue os itens a seguir, referentes a estoques.

- 8 Estoques são compostos por bens tangíveis ou intangíveis destinados à venda ou à utilização na atividade-fim da entidade.
- 9 Suponha que uma entidade tenha aplicado R\$ 15 mil na produção de determinados itens para comercialização e que deva aplicar, ainda, mais R\$ 5 mil para a conclusão desses itens. Suponha, também, que, antes da aplicação desses últimos custos, o valor desses itens no mercado tenha sofrido forte desvalorização, podendo um lote idêntico ser adquirido por apenas R\$ 16 mil. Nessa situação hipotética, uma perda de valor de R\$ 4 mil deverá ser reconhecida no estoque desses itens, quando de sua conclusão.
- 10 Estoques são ativos compostos por bens produzidos pela própria entidade.

Acerca do ativo realizável a longo prazo e de sua mensuração, julgue os itens seguintes.

- 11 Considere que uma máquina tenha sido adquirida por uma entidade para pagamento dentro de 14 meses, que o valor a ser pago é de R\$ 10 mil e que tenha sido aplicado o ajuste a valor presente pela taxa implícita da operação. Considere, ainda, que a despesa de juros dessa operação reconhecida nos três primeiros meses após a contratação tenha sido, respectivamente, de R\$ 105,05, R\$ 106,36 e R\$ 107,69. Nessa situação, o valor presente da máquina adquirida é inferior a R\$ 8,1 mil.
- 12 O ativo realizável a longo prazo tem, em essência, a mesma natureza do ativo circulante, diferenciando-se deste pelo prazo de realização.
- 13 A aplicação do ajuste a valor presente está associada à relevância da informação contábil.

No que diz respeito à mensuração do valor justo, julgue os itens subsequentes.

- 14 Para mensuração a valor justo, as entidades devem aplicar técnicas de avaliação adequadas a cada circunstância e baseadas apenas em dados observáveis disponíveis no mercado.
- 15 Quando uma empresa habitualmente transaciona com suas filiais, vendendo e comprando produtos pelo valor convencionado pela matriz, o valor habitual dessas transações corresponde ao valor justo dos produtos transferidos.

Acerca de ativos imobilizados, ativos intangíveis e redução a valor recuperável de ativos de companhias abertas, julgue os itens a seguir, considerando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 16 Se, ao final de determinado exercício, for constatada a redução do valor residual de um item que compõe o ativo imobilizado, o valor depreciável do referido item também deverá ser reduzido.
- 17 As contribuições para o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente são gastos que visam gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento do CPC.
- 18 O custo de um item do ativo imobilizado deve compreender a estimativa inicial dos gastos previstos para o cumprimento da obrigação assumida pelo adquirente no que se refere à desmontagem e à remoção do item, bem como à restauração do local onde ele está instalado.
- 19 Os gastos realizados na fase de pesquisa de projetos internos destinados à geração de ativos intangíveis somente poderão ser reconhecidos como ativos a partir do momento em que os referidos projetos tiverem alcançado a fase de desenvolvimento.

- 20** Quando o valor justo líquido de despesas de vendas de um ativo exceder o seu valor contábil, será desnecessário estimar o valor em uso do ativo para se concluir que este não sofreu uma perda por desvalorização.

Em relação ao reconhecimento, à classificação e à mensuração de passivos de companhias abertas, julgue os itens seguintes.

- 21** Uma entidade que vender uma opção conferindo a um terceiro o direito de comprar no futuro um recurso econômico de propriedade dessa entidade deverá reconhecer um passivo exigível por ocasião da venda desse direito.
- 22** Os financiamentos destinados à aquisição de direitos do ativo não circulante devem ser classificados no passivo não circulante, independentemente de as obrigações decorrentes desses financiamentos contemplarem parcelas a vencer no exercício seguinte.
- 23** As obrigações com fornecedores que contemplem um componente de financiamento significativo devem ser objeto de ajuste a valor presente.

A tabela a seguir apresenta a composição do patrimônio líquido de determinada companhia aberta no dia 31/12/2024. Nessa companhia, o lucro líquido do exercício em 2024 totalizou R\$ 100.000.

| | |
|----------------------------------|-------------|
| capital social | R\$ 400.000 |
| reservas de capital | R\$ 30.000 |
| reserva legal | R\$ 78.000 |
| ajustes de avaliação patrimonial | R\$ 2.000 |

A partir da situação hipotética precedente, julgue os próximos itens, a respeito da destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício pela referida companhia.

- 24** A companhia deve destinar R\$ 5.000 para a constituição de reserva legal.
- 25** Considerando que o pagamento do dividendo obrigatório seja incompatível com a situação financeira da companhia, esta poderá, atendidos os requisitos legais, constituir uma reserva especial que permitirá a postergação do pagamento do referido dividendo aos acionistas para o momento em que a situação financeira da companhia assim o permitir, desde que os lucros que deixarem de ser distribuídos não sejam absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.
- 26** É vedado à companhia utilizar, parcial ou totalmente, os R\$ 30.000 registrados como saldo da conta “reservas de capital” para o pagamento de quaisquer espécies de dividendos aos seus acionistas.

A respeito da análise econômico-financeira das empresas, julgue os itens subsequentes.

- 27** Pode ser também obtida por meio da análise vertical a informação trazida pelo indicador denominado participação de capital de terceiros sobre recursos totais.
- 28** A margem líquida é um indicador que permite avaliar a lucratividade das vendas por meio da utilização de informações obtidas exclusivamente da demonstração do resultado do exercício.
- 29** O índice de liquidez seca permite uma análise mais conservadora da capacidade de uma empresa de honrar as suas obrigações de curto prazo, pois contempla no seu numerador os ativos que são considerados mais líquidos.
- 30** Qualquer alteração no valor do indicador que revela a participação das dívidas de curto prazo no endividamento total implicará alteração no valor do índice de liquidez geral.

No que se refere ao regime orçamentário e ao regime contábil no setor público, julgue os itens a seguir.

- 31** De acordo com o regime orçamentário, a despesa pertence ao exercício em que é liquidada, momento em que se verifica o direito adquirido pelo credor.
- 32** Mesmo que determinada receita pública não tenha sido efetivamente arrecadada no exercício financeiro, se o fato gerador tiver ocorrido, deve-se proceder ao seu reconhecimento contábil sob a ótica patrimonial.

No que concerne aos critérios de mensuração de ativos do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 33** Se o valor contábil de um ativo imobilizado superar o seu valor recuperável, a diferença deve ser reconhecida como variação patrimonial aumentativa, já que representa ajuste positivo no patrimônio da entidade.
- 34** O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente deve ser reconhecido como ativo intangível, desde que haja estudos técnicos que demonstrem a capacidade de geração de benefícios futuros.
- 35** O valor contábil de determinada classe de ativo pode aumentar ou diminuir em virtude da reavaliação.

Em relação ao registro contábil das provisões e aos passivos contingentes do setor público, julgue os itens seguintes.

- 36** O passivo contingente é um passivo de prazo ou valor incerto, cuja saída de recursos públicos é provável.
- 37** Gastos decorrentes de ações futuras da própria entidade do setor público não devem ser reconhecidos como provisão.

Em certo estado da Federação, regulamentou-se que o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ocorra no dia 1.º de janeiro de cada ano, e que a arrecadação se dê nos meses subsequentes.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, relativos ao tratamento contábil a ser aplicado ao IPTU no caso em apreço.

- 38** Uma receita orçamentária deve ser registrada na etapa da previsão, quando é feita a estimativa da sua arrecadação.
- 39** Um direito a receber deve ser lançado no dia 1.º de janeiro, o que provocará aumento do resultado do exercício.

Acerca do sistema de custos no setor público, julgue os itens seguintes.

- 40** O custo do período deve ser apurado pelo regime de competência, ainda que a execução orçamentária ocorra em período distinto.
- 41** No setor público, a segregação entre custos e perdas é irrelevante, pois ambas as naturezas representam consumo de recursos e devem ser atribuídas igualmente aos objetos de custos.
- 42** Em vez de ser depreciado ao longo do tempo, um bem de pequeno valor pode ser registrado diretamente como custo no período, desde que se observe a relevância, a materialidade e o custo-benefício da informação.

No que se refere às naturezas da informação contábil e às regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os próximos itens.

- 43** A natureza de informação orçamentária registra, processa e evidencia os atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução do orçamento, estando representada pelas classes 5 e 6 do PCASP.
- 44** É permitido que um lançamento em conta de ativo (classe 1) tenha como contrapartida uma conta de variação patrimonial aumentativa (classe 4).

Em determinada entidade pública, foram registradas, no primeiro exercício financeiro já encerrado, as informações contábeis a seguir.

- Aprovação da lei orçamentária anual no valor de \$ 250 mil.
- Lançamento de impostos no valor de \$ 130 mil, sendo arrecadados \$ 100 mil no exercício financeiro.
- Empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal do exercício financeiro no valor de \$ 100 mil.
- Aquisição de equipamentos no valor \$ 120 mil, com recebimento dos equipamentos no mesmo exercício de sua aquisição, 100% inscritos em restos a pagar.
- Recebimento de um imóvel em doação no valor de \$ 180 mil.

Tendo como base somente as informações apresentadas, julgue os itens a seguir, relativos ao fechamento das demonstrações contábeis no setor público.

- 45** No balanço orçamentário da entidade, o resultado orçamentário apurado no exercício é superavitário em \$ 30 mil.
- 46** Na demonstração das variações patrimoniais da entidade, o resultado patrimonial apurado no exercício é superavitário em \$ 210 mil.
- 47** No balanço financeiro da entidade, o resultado financeiro apurado no exercício é nulo.

Julgue os itens seguintes, a respeito do tratamento contábil das transações do setor público.

- 48** Dada a sua natureza, a dívida ativa deve ser registrada no ativo não circulante, independentemente da data esperada de seu recebimento.
- 49** Estoques recebidos em doação devem ser mensurados pelo preço médio ponderado de aquisição praticado pelo ente no período, de forma a não prejudicar a comparabilidade.

No que diz respeito à codificação das fontes ou destinações de recursos (FR) no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 50** Haverá a necessidade de classificação específica de FR sempre que existir um recurso financeiro com destinação específica.
- 51** Para a despesa orçamentária, a FR identifica os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

Em relação aos limites e ao controle das despesas com pessoal no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 52** O controle do limite de despesa com pessoal deve ser feito com base na despesa empenhada no exercício, inclusive restos a pagar não processados, de forma a refletir a totalidade dos compromissos assumidos pela entidade.
- 53** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, não devem ser computados, para a verificação do atendimento do limite de despesa com pessoal no setor público, as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária.

Julgue os itens a seguir, acerca do registro contábil de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores.

- 54** Suponha que, em 2024, certo município tenha empenhado R\$ 1.000.000 para a aquisição de equipamentos hospitalares, e que eles tenham sido entregues e liquidados, ficando apenas pendentes de pagamento. Nesse caso, em 2025, o referido pagamento deve ser efetuado a título de restos a pagar não processados.
- 55** Considere que, em 2025, determinado ente federado tenha identificado uma obrigação referente a 2023, para a qual havia, à época, crédito orçamentário suficiente, mas que não chegara a ser processada por erro administrativo. Nesse caso, a despesa deverá ser registrada como despesa de exercícios anteriores.

Julgue os itens que se seguem, com base na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura conceitual.

- 56** A utilização do custo histórico na evidenciação do custo dos serviços pode não refletir adequadamente o custo dos ativos no momento de seu consumo, o que dificulta a avaliação do custo futuro da prestação de serviços.
- 57** Para um item contábil ser reconhecido nas demonstrações contábeis, basta que ele satisfaça a definição de elemento.
- 58** Entre as bases de mensuração identificadas para ativos destacam-se o custo histórico e o valor em uso; já entre as bases de mensuração identificadas para passivos destacam-se o custo de reposição e o preço líquido de venda.
- 59** Uma entidade do setor público que reporta a informação contábil se caracteriza, entre outros aspectos, por captar recursos da sociedade ou em nome desta e utilizá-los para a realização de atividades em benefício da sociedade e pelo fato de seus usuários dependerem das informações dos relatórios contábeis de propósito geral para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.
- 60** A propriedade legal e a capacidade de gerar benefícios econômicos são características essenciais para que um item seja qualificado como ativo nas demonstrações contábeis.

Julgue os itens seguintes, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

- 61** O saldo acumulado da reavaliação de um ativo intangível, que é registrado no patrimônio líquido, poderá ser transferido para resultados acumulados à medida que ele for utilizado ou em decorrência da baixa do ativo.
- 62** O valor residual de um ativo corresponde ao maior valor entre o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda, e o seu valor em uso, conceito utilizado no final da vida útil do ativo para o cálculo da depreciação.
- 63** A revisão das estimativas contábeis não se relaciona com períodos anteriores nem representa correção de erro, devendo seu efeito ser geralmente reconhecido no período da mudança e, se aplicável, em períodos futuros.
- 64** A melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar uma obrigação presente na data das demonstrações contábeis corresponde ao valor de mercado do passivo ou ao valor em uso do recurso associado ao passivo.
- 65** Caso uma negociação para a compra de estoques com condição de pagamento a prazo contenha um elemento de financiamento, a diferença entre o valor efetivamente pago e o preço de aquisição em condição normal deve ser reconhecida como despesa de juros ao longo do período do financiamento.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), julgue os itens a seguir, relativos à redução ao valor recuperável, à demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e às demonstrações contábeis.

- 66** Considere que uma entidade pública A tenha obtido, por decreto, o direito de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa pública B. Nessa situação, a entidade A controla a empresa B, mesmo que os resultados financeiros da empresa B não sejam destinados ao caixa da entidade A ou não afetem o patrimônio desta.
- 67** A aquisição de ativos por meio da troca de ativos e a conversão de dívida com terceiros em patrimônio líquido são exemplos de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, não são incluídas na DFC.
- 68** Considere que uma entidade do setor público, ao realizar um teste de redução ao valor recuperável de um ativo, cujo valor contábil era de R\$ 100, tenha constatado que o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda, era de R\$ 120. Nessa situação, não é necessário prosseguir com o teste, pois a apuração demonstra que o ativo não sofreu redução ao valor recuperável.
- 69** Uma entidade do setor público que classifica os seus gastos por função — saúde, educação etc. — não deve divulgar informações adicionais sobre a natureza das despesas de depreciação, amortização e pessoal, uma vez que a classificação funcional atende integralmente à exigência de evidenciação da norma.
- 70** As entidades públicas têm a prerrogativa de realizar o registro de seus investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas ao custo, ao valor justo por meio do resultado ou, ainda, utilizar o método da equivalência patrimonial.

Acerca dos recursos financeiros destinados à educação, da análise de demonstrações contábeis e dos procedimentos contábeis, julgue os próximos itens, considerando, no que couber, as disposições da Lei n.º 9.394/1996, das NBC TSP e do MCASP.

- 71** Uma empresa que apresenta índice de liquidez corrente de 0,83 não possui ativo circulante suficiente para cobrir suas obrigações de curto prazo.
- 72** De acordo com os procedimentos contábeis do setor público, as deduções da receita orçamentária, a exemplo das transferências constitucionais devidas a outros entes e da restituição de receitas, devem ser registradas como despesas orçamentárias em rubrica do grupo “6.x.x.x.x.xx.xx (-) Deduções da receita orçamentária”.
- 73** As despesas com obras de infraestrutura, quando realizadas com o objetivo de beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar, são consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, podendo, portanto, ser computadas no cálculo do percentual constitucional.
- 74** Nas demonstrações contábeis, as notas explicativas devem divulgar informações acerca das estimativas de riscos significativos que possam causar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos, assim como devem divulgar eventuais mudanças no método de avaliação dos elementos patrimoniais.

Julgue os itens subsequentes, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), do MCASP 11.ª edição e do MDF 14.ª edição.

- 75** Para o cálculo do resultado primário consolidado a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias, o MDF exige que se realize a consolidação com o resultado das entidades controladas e coligadas, excluído o resultado do regime próprio de previdência social (RPPS).
- 76** No relatório de gestão fiscal (RGF), deve ser apresentado o demonstrativo comparativo das despesas com pessoal em relação aos limites estabelecidos pela LRF, cujo limite prudencial corresponde a 95% do limite máximo legal.
- 77** O regime orçamentário no setor público pode ser de competência ou de caixa, sendo o regime orçamentário brasileiro equivalente ao regime contábil patrimonial, que evidencia as variações patrimoniais em função do fato gerador.
- 78** Entre as regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estão incluídas a consistência dos registros e saldos de contas e a declaração do ordenador de despesa sobre a existência de dotação orçamentária suficiente.
- 79** Conforme as exigências da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve detalhar a evolução do patrimônio líquido da entidade nos últimos três exercícios, além de apresentar o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.
- 80** Tanto a frustração na arrecadação de tributos quanto os precatórios judiciais constituem riscos orçamentários que podem impactar negativamente as obrigações explícitas diretas de um ente federativo.

Julgue os itens a seguir, relativos a controle interno e auditoria financeira.

- 81** Se o auditor considerar necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto divulgado nas demonstrações contábeis que o fez modificar sua opinião, ele deve incluir parágrafo de ênfase no seu relatório.
- 82** Se o auditor identificar que uma deficiência significativa de controle interno comunicada em auditoria anterior aos responsáveis pela governança e à administração não foi corrigida nem qualquer medida tendente a corrigi-la foi tomada, será necessário, na comunicação do exercício corrente, repetir a comunicação anterior.

Um auditor pretende utilizar inteligência artificial generativa (IAG) em dois momentos de uma auditoria operacional realizada em um programa social destinado a comunidades quilombolas: na análise de informações obtidas em diferentes fontes e na redação dos achados de auditoria.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 83** O auditor deve revisar as informações geradas pela IAG, ainda que elas pareçam convincentes, pois os modelos de IAG podem gerar informações inverossímeis, elevando, portanto, o risco de imprecisão no relatório de auditoria.
- 84** No desenvolvimento dos achados de auditoria, a partir dos resultados da análise das informações feita com auxílio de IAG, o auditor deve atentar à possibilidade de ocorrência do viés de exclusão, que ocorrerá caso as comunidades quilombolas tenham sido sub-representadas ou excluídas do conjunto de dados utilizado no treinamento da IAG.
- 85** Para garantia da clareza dos papéis de trabalho da auditoria feita com auxílio de IAG, basta que o auditor registre a informação de que neles a análise de dados foi feita pela IAG, cujos procedimentos de pesquisa não estão sujeitos a requisitos de transparência.
- 86** O uso de IAG contribui para a imparcialidade do relatório de auditoria, pois, desde que treinadas com grandes volumes de dados, as ferramentas de inteligência artificial generativa não reproduzem tendências humanas discriminatórias, como racismo.
- 87** O auditor deve evitar a anonimização dos dados pessoais dos beneficiários do programa social, para não comprometer o desempenho do modelo de IAG.

Com base nas normas aplicáveis às auditorias realizadas no âmbito dos tribunais de contas, julgue os itens que se seguem.

- 88** Na atividade de identificação e avaliação do risco de distorção relevante em auditoria financeira, o auditor deve considerar o risco inerente, isto é, o risco de que os controles internos não previnam ou não detectem erros ou distorções.
- 89** Na auditoria operacional, o plano de auditoria elaborado pelo auditor visa garantir a coleta de evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- 90** Em auditoria operacional, o auditor, por meio da atividade de acompanhamento, analisa as ações corretivas adotadas pela entidade auditada ou por outra parte responsável.
- 91** Na auditoria de conformidade, ao estabelecer a materialidade, o auditor pode considerar fatores não quantitativos.

Julgue os próximos itens de acordo com as práticas de auditoria governamental e governança pública.

- 92** Ao preparar o relatório de auditoria operacional, o auditor deve-se basear no princípio da tempestividade, que implica não relatar atos e fatos referentes a exercícios financeiros não abrangidos no escopo da auditoria.
- 93** Na auditoria financeira, a responsabilidade primária pela prevenção e pela detecção de fraude é do auditor, que deve avaliar se o sistema de controle interno é adequado.
- 94** Evitar o risco é uma das opções de tratamento de riscos, que consiste em transferir ou compartilhar uma parte do risco, mediante contratação de seguros ou terceirização de atividades das quais a organização não tem suficiente domínio.
- 95** O controle social organizado é um exemplo típico de instância externa de apoio à governança pública.
- 96** No relatório de auditoria operacional, é requisito fundamental o rigor técnico, incompatível com a linguagem simples, cujo uso, por esse motivo, não é recomendável, devendo o auditor adotar linguagem técnica.
- 97** A documentação da auditoria de conformidade deve ser detalhada, de modo que, ao analisá-la, um auditor experiente, mesmo sem ter qualquer conhecimento anterior da auditoria, compreenda o resultado dos procedimentos executados.

Ao realizar auditoria de conformidade em uma unidade básica de saúde (UBS), a equipe de auditoria constatou que apenas três dos cinco vigilantes previstos no contrato de terceirização atuavam efetivamente na UBS.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 98** Cabe ao supervisor da auditoria verificar se os procedimentos de auditoria foram aplicados conforme previstos e avaliar as evidências do achado, as quais, no caso, podem incluir documento de registro da escala de trabalho dos profissionais terceirizados que atuam na UBS.
- 99** Caso tenha havido pagamentos indevidos em decorrência da aprovação de faturas que não refletiam a efetiva quantidade de vigilantes em atuação na UBS, será cabível a responsabilização do agente público que tiver atestado tais faturas, o qual deverá ser incluído na matriz de responsabilização, com a descrição de sua ação, dolosa ou culposa.
- 100** Na auditoria em questão, as cláusulas do contrato dos serviços terceirizados de vigilância na UBS podem compor os critérios da auditoria registrados na matriz de achados.